

Conselho Fiscal - COFIS

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Cearaprev - COFIS, realizada no dia 19 de agosto de 2024.

1 Dia dezenove (19) do mês de agosto de 2024, às 15:00hs, no Ambiente Virtual fornecido pelo
2 software Google Meet, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Cearaprev - COFIS: **Marcelo**
3 **de Sousa Monteiro** (Conselheiro Titular - Presidente do COFIS), **Pedro Paulo Lopes Vieira**
4 (Conselheiro Titular) e **Antônio de Pádua** (Conselheiro Titular). Como convidados, **Adriano Pinheiro**
5 (Presidente da Cearaprev), **Paulo Sucupira** (Diretor de Gestão de Investimentos da Cearaprev),
6 **Isaac Figueiredo** (Diretor de estudos econômicos e atuariais), **Sérgio Bastos** (Assessor de Controle
7 Interno), **Oscar Saldanha** (Diretor Administrativo-Financeiro), **Paula Thiers** (Assessora Especial),
8 **Ronialison Queiroz** (Diretoria de Gestão de Investimentos), **Larissa Mendonça** (Diretoria de Gestão
9 de Investimentos), **Silvino Rhayanne** (Diretoria de estudos econômicos e atuariais), **Débora**
10 **Barcelos** (Auxiliar Administrativo), **Thiago Monteiro** (Assessor Especial da Contabilidade) e **Elayne**
11 **Naglle** (Assessoria de Comunicação). **A reunião foi gravada pelo ambiente virtual e encontra-se**
12 **mantida nos arquivos da Cearaprev que estão na nuvem do Google Drive.** Verificada a existência
13 de quorum, deu-se início aos trabalhos para análise dos tópicos da pauta do dia: **1) Aprovação da**
14 **ata da 7ª Reunião Ordinária; 2) Apresentação da receita e despesas até julho/2024; 3) Desempenho**
15 **da carteira PREVID referente ao 2º trimestre de 2024; 4) Situação das prestações de contas anuais**
16 **de gestão; 5) Dados sobre a última revisão da segregação da massa; 6) Outros informes.** Os
17 materiais anexos à pauta foram enviados previamente aos membros do Comitê via e-mail e
18 whatsapp. Fazendo uso da palavra, o presidente Marcelo cumprimentou os Conselheiros(as)
19 presentes e deu abertura aos trabalhos. Paula Thiers prosseguiu registrando a presença dos
20 membros e convidados, em seguida deu início ao primeiro tópico da pauta, no qual mostrou e
21 explicou a **1) ata para aprovação**, a qual foi aprovada pelos conselheiros. Após, Thiago Monteiro
22 passou para o segundo item da pauta **2) receita e despesas até julho/2024.** Thiago apresentou as
23 **variações patrimoniais da Fundação Cearaprev** referentes ao primeiro semestre do ano. Ele
24 explicou que as **variações patrimoniais aumentativas** são apresentadas começando pelas que
25 geram um aumento líquido na entidade, no caso da Cearaprev, a principal fonte de receita são as
26 taxas de administração pagas pelos fundos financeiros de previdência pelos serviços de
27 administração dos recursos que no primeiro semestre de 2024 alcançou o montante de
28 R\$12.633.982,68, representando um leve aumento em relação ao mesmo período do ano anterior.
29 Além disso, ele mencionou os rendimentos de aplicações, explicando que, quando os recursos
30 entram nas contas da Cearaprev, são automaticamente aplicados em instrumentos financeiros de

liquidez imediata, gerando assim rendimentos provenientes de juros. Thiago destacou que, ainda no contexto das variações patrimoniais aumentativas, há recursos provenientes do Tesouro do Estado destinados a custear a folha de pagamento dos servidores comissionados da Fundação. Ele também observou um crescimento significativo em relação ao mesmo período do ano anterior, indicando um aumento expressivo desses recursos. Ele comparou o período atual, destacando a regularidade na transferência dos recursos de compensação, que são recebidos em uma conta corrente da Cearaprev e posteriormente transferidos para os fundos. Ele enfatizou que essa regularidade nas transferências agora está estabelecida, ao contrário do ano passado, quando os recursos, no valor de 5 milhões de reais, permaneceram na Cearaprev, **já respondendo o questionamento do Presidente Marcelo sobre a diferença de rendimentos entre anos.** Ele explicou que os recursos ficaram retidos durante um período, acumulando rendimentos em juros. Em dezembro do ano passado, a maior parte desses valores foi transferida, e a regularidade das transferências foi estabelecida a partir de janeiro deste ano. Ao analisar as variações patrimoniais aumentativas, ele observou uma leve diminuição em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido à redução dos rendimentos. Ele destacou que a diferença nos rendimentos foi menor este ano, em parte devido à redistribuição dos recursos para os fundos, o que impactou o total das variações aumentativas. Tendo concluído este ponto, ele passou a abordar as **variações diminutivas**, destacando as despesas e outras variações patrimoniais que podem impactar negativamente o patrimônio líquido. A primeira delas é a despesa com o pessoal e encargos sociais, referindo-se especificamente aos comissionados da Cearaprev. Seguindo adiante, ele abordou o uso de material de consumo, destacando uma diferença importante na demonstração da Cearaprev em comparação com os fundos. A Cearaprev, por ser a única pessoa jurídica que tem almoxarifado, e também é a única que realiza movimentações de material de consumo e material permanente. Por isso, essa conta não apresenta saldo quando se trata dos fundos, sendo exclusiva da Cearaprev. Ele apresentou os valores de material de consumo tanto do primeiro semestre de 2024 quanto do mesmo período do ano anterior. Logo abaixo, ele mencionou a utilização de serviços, detalhando as empresas que prestam serviços à Cearaprev. Isso inclui empresas especializadas, como a Etice, uma empresa de tecnologia da informação. Ele ressaltou que, no balancete, essa parte está ainda mais clara e detalhada, com uma análise mais minuciosa. Os serviços incluem energia, água e esgoto, comunicação, entre outros, totalizando R\$10.278.215,58. Em seguida, ele apresentou um valor de R\$17 mil, que se refere a um saldo remanescente de recursos originalmente concedidos por meio de um crédito e que, não sendo utilizados, foi transferido para esse ano, retornando ao Tesouro, em maio. **Marcelo levantou uma questão sobre o aumento significativo na despesa com pessoal. Ele indagou se o acréscimo de um milhão de reais este ano foi causado por processos de estruturação, mudanças de governo ou exonerações.** Além disso, pediu uma análise detalhada da equipe sobre os fatores que contribuíram para essa variação. Thiago respondeu que o aumento na despesa de pessoal se deve a dois fatores principais: a contratação de 25 pessoas adicionais e o aumento salarial, incluindo reajustes. **Pedro Paulo sugeriu implementar uma maior transparência, uma vez que o valor dobrou. Marcelo solicitou que tal assunto fosse tratado na pauta da próxima reunião.** Ele frisou a importância de fundamentar essa mudança de pessoal. Marcelo retornou a fala e perguntou sobre a taxa de administração da Cearaprev (0,41%), chamando a atenção sobre

os cuidados com tal valor, já que está bem próximo do limite a ser utilizado. **Pedro Paulo retorna sua participação, comentando sobre os contratos com a Etice, solicitando um comparativo entre anos e um detalhamento maior, a fim de compreender melhor os valores envolvidos. Propôs que esse ponto seja incluído em uma pauta para a próxima reunião.** Adriano assentiu. Thiago prosseguiu com a apresentação e falou sobre o **FUNAPREV**. Tratou-se de um comparativo entre o primeiro semestre do ano passado e o primeiro semestre deste ano. Foram apresentados os dados das contribuições sociais do FUNAPREV, que incluem as contribuições dos servidores e as contribuições patronais dos órgãos. Como pôde ser observado, já foi alcançada a marca de R\$1.015.796.041,96. Além disso, foram apresentados os rendimentos das aplicações financeiras. Essas contribuições, ao serem depositadas na conta corrente, são automaticamente aplicadas em instrumentos financeiros, gerando, assim, rendimentos em termos de juros. Esse rendimento representa o retorno das aplicações financeiras, onde o valor investido é maior e a renda líquida é menor. Débora explicou que, durante o ano de 2023, foi necessário verificar todos os lançamentos contábeis, um processo que durou aproximadamente três meses. Alguns ajustes e correções só foram registrados a partir do segundo semestre, o que pode fazer com que alguns números não correspondam totalmente à realidade. No entanto, o total final estará correto, pois esses ajustes foram realizados e os saldos foram atualizados desde janeiro até a regularização final, ocorrida no fechamento do exercício, antes da conclusão do balanço do Estado. Atualmente, a organização dispõe de informações totalmente fidedignas, mas no ano passado foi necessário revisar todos esses valores devido a uma exigência da Secretaria da Fazenda e com o objetivo de organizar melhor as contas da organização, da Previdência e dos fundos. Houve o cuidado de verificar tudo minuciosamente para garantir que nenhum valor fosse alocado em uma conta transitória e, assim, evitar autuações pelo Tribunal de Contas. Essa conta transitória, onde são depositados valores que não podem ser identificados, pode ser prejudicial para os responsáveis pela gestão das despesas. Durante o exercício de 2023, surgiram questões relativas a alguns pontos e lançamentos que precisaram ser corrigidos após Débora e Thiago assumirem suas funções. Essas correções foram feitas em resposta a uma exigência da SEFAZ, que visava garantir que nenhum valor ficasse sem identificação. Débora observou que, apesar dessas correções, não é possível afirmar com certeza se houve algum erro significativo nos rendimentos e remunerações registrados. Ela acredita que os valores são autênticos, uma vez que refletem retornos de investimentos e aplicações. Portanto, é possível que os rendimentos tenham sido maiores do que o esperado, sem que isso represente um erro contábil. Thiago acrescentou que o giro financeiro do FUNAPREV apresenta oscilações de rendimento devido à sua natureza específica que não é cumulativa, é deficitária. Ao contrário de um fundo que visa capitalizar e acumular patrimônio, o FUNAPREV funciona de maneira diferente: as contribuições recebidas não permanecem retidas por longos períodos. Elas entram no início do mês e precisam ser rapidamente convertidas em despesas para o pagamento dos benefícios dos aposentados, pensionistas e consignados. Essa dinâmica exige que o fundo esteja constantemente em movimento, sem acumulação prolongada de recursos. Essas oscilações no rendimento, incluindo uma redução significativa no rendimento do FUNAPREV, podem ser consideradas normais, especialmente porque o FUNAPREV, sendo um fundo de repartição, não tem o objetivo de acumular patrimônio como ocorre com o PREVID, por exemplo. No caso do PREVID, é mais

natural observar um acúmulo de recursos e um aumento nos rendimentos de juros e aplicações. Para o FUNAPREV, que opera com liquidez mais baixa devido à necessidade de utilizar quase todos os recursos mensalmente para pagar benefícios, as oscilações são esperadas. Além disso, há um déficit identificado no final do período. **Pedro Paulo falou que embora o FUNAPREV não tenha como objetivo acumular patrimônio, ele possui períodos fixos de entrada e saída de recursos, o que proporciona certa previsibilidade para investimentos. Acrescentou que concorda com o presidente Marcelo sobre a significância e a estranheza da diferença observada e sugeriu que, se houver consenso, a questão seja discutida mais aprofundadamente.** Ele propôs que um extrato detalhado do investimento fosse apresentado para entender o motivo do rendimento ser tão baixo, especialmente considerando o potencial para um retorno maior no semestre atual. Segundo ele, é fundamental examinar os números, o tipo de investimento realizado e as alíquotas envolvidas para garantir maior transparência. Thiago respondeu que ainda não explicou as despesas, adentrando posteriormente no tema. Ele abordou as despesas com aposentadorias e pensões, observando que houve um aumento significativo em comparação ao ano passado. Ele disse que acredita que esse aumento também impactou a forma como as contribuições são administradas, quando chegam, elas não permanecem muito tempo em aplicação e acabam sendo utilizadas para cobrir as despesas correntes. Inclusive, o saldo de aplicações de 2023 ou 2022 teve que ser utilizado este ano devido ao aumento dessas despesas. **Pedro Paulo confirmou a natureza do fundo deficitário no pagamento de despesas, afirmando que há previsibilidade do tempo que o recurso fica investido durante o mês.** Thiago mencionou que, em relação aos aportes, não houve um aumento significativo comparado ao ano passado; a variação foi pequena. Da mesma forma, as contribuições não apresentaram um aumento considerável em comparação com o período anterior. No entanto, as despesas com o pessoal mostraram uma variação maior. Ele afirmou que embora a sua função principal seja contábil, e não de gestão financeira, ele observou essas questões na análise do balanço e reconheceu que, embora possa estar incorreto, uma análise direta e objetiva dos números permite algumas conclusões. Examinar o relatório na íntegra ajuda a compreender melhor a situação e a avaliar esse cenário de forma mais precisa. **Marcelo questionou o motivo das variações patrimoniais tão significativas,** observando que o valor mudou de R\$71 mil para R\$30 milhões e questionou Paulo Sucupira sobre os rendimentos. Thiago respondeu que são as compensações recebidas da Cearaprev. **Sucupira tomou a palavra e destacou** que a sua gestão se refere especificamente ao investimento em si buscando a rentabilidade que supere a meta atuarial, afirmando portanto, que se há essa diferença por ele citada, isso tem a ver com os volumes financeiros aplicados e não com os rendimentos da aplicação dos recursos. Em outras palavras, a variação está ligada à remuneração do capital investido. O ideal seria ter uma planilha detalhando essas variações mensalmente, o que facilitaria a identificação das razões para tais diferenças. As aplicações dos fundos FUNAPREV e PREVMILITAR são realizadas no mesmo ativo de investimento, o IRF-M1 da Caixa Econômica Federal que é um fundo de investimentos com aplicações e resgates automáticos e apresenta uma excelente rentabilidade histórica. A opção pelo CDI não é viável porque não existe um fundo com as mesmas características de aplicações e resgates automáticos que o IRF-M1. Além disso, por exigência contratual com a Caixa Econômica Federal, os recursos devem permanecer aplicados na Caixa e não podem ser transferidos para outras instituições

financeiras. Isso no caso daquele que é utilizado para efetuar os pagamentos. **Marcelo Monteiro afirmou que irá solicitar esse detalhamento para a próxima reunião, a fim de obter uma visão mais clara e tentar identificar o que ocorreu neste ano.** Thiago continuou sua apresentação abordando o **PREVMILITAR**, destacando as contribuições sociais, incluindo as laborais e patronais. Ele também apresentou gráficos que ilustram os valores dessas contribuições. Marcelo observou que o rendimento acompanhou o aumento da receita de semestre a semestre. Sucupira acrescentou que, por essa razão, é importante ter o comparativo citado, pois as aplicações são feitas no mesmo fundo e no mesmo instrumento financeiro. Thiago prosseguiu, abordando o aporte que vem diretamente do Tesouro, destacando um aumento significativo de R\$30.000.000,00 no PREVMILITAR. Em seguida, ele passou a detalhar as despesas, enfatizando os benefícios relacionados a aposentadorias e reformas, mencionando os inativos e aposentados. Ele destacou que o aumento não foi muito expressivo, não apresentando uma variação tão alta quanto a observada no FUNAPREV. Tratou-se de um ajuste adicional. Ele também mencionou o que o PREVMILITAR destina à taxa de administração paga à Cearaprev, justificando a utilização desses serviços. A Cearaprev, que presta um serviço de administração ao PREVMILITAR, tem essa despesa contabilizada nessa parte da apresentação. Além disso, Thiago mencionou os limites de saques que foram devolvidos ao Tesouro. **Marcelo solicitou que fosse exibida a tela do balancete**, destacando que na primeira linha do ativo havia um saldo inicial de R\$108 milhões e após os débito e crédito, resultou em um saldo atual de R\$123 milhões. Ao analisar o FUNAPREV, Marcelo observou que o saldo, que era de R\$306 milhões, foi reduzido para R\$258 milhões. Ele comentou que essa redução justifica o aumento do déficit registrado no comparativo entre os semestres. Em contrapartida, no Prevmilitar, houve uma diminuição do déficit, o que resultou em uma melhoria no saldo final. Thiago abriu o relatório do PREVID, a pedido do Marcelo e este questionou o item “Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços” e também sobre a queda da remuneração já que trata de um fundo superavitário que teve uma receita muito maior, é esperado também um rendimento maior, o que não aconteceu. Marcelo solicitou um alinhamento mais detalhado dos dados para repassar ao Conselho de modo a compreender os números mais claramente. Thiago respondeu sobre os rendimentos que estes vêm mês a mês mas o valor que é exposto no DVP é a soma dos 6 meses. Ele ofereceu para organizar os dados em extrato e repassar para os conselheiros. Marcelo perguntou sobre as despesas do PREVID quanto ao número de pensões, acreditando ser uma quantidade grande, ao passo que o Conselheiro Pedro ressaltou que houve três “compras de vida”, com uma recente. Thiago pontua o valor de R\$4.211.327,56 da taxa de administração pago à Cearaprev. Marcelo pergunta sobre o item “Remuneração Negativa de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras” já que houve um importante aumento frente ao exercício anterior. Thiago respondeu que a diferença de valor se deve ao impacto que os instrumentos de renda variável causam e à forma de amostragem do valor do ano passado, ressaltando que após coletar os dados do ano completo de 2024 na comparação com 2023, os valores estarão mais balanceados. Pedro Paulo resalta a importância de trazer um extrato mês a mês para a compreensão detalhada dos valores. Adriano Pinheiro solicitou a palavra para sugerir que fosse marcada na primeira semana de setembro, uma nova reunião para abordar os tópicos solicitados e os que não foram esclarecidos. Ele ressaltou que, pelo que já foi observado, o primeiro semestre de 2023 está fechado, mas o

balanço anual ainda permanece em aberto. Seguiu, mostrando na tela de apresentação a série histórica de dados gerais das despesas dos anos de 2020 a 2024, desde o início da Cearaprev e afirmou que o compromisso do Comitê Executivo para este ano é manter o mesmo valor de despesas de 2023 para 2024. O desafio para 2024-2025 será não aumentar nenhum percentual, considerando que têm sido observadas sobras no orçamento. Se as despesas estão sendo controladas, como será possível verificar nos relatórios a partir de julho, não faz sentido aumentar os custos apenas para acompanhar a inflação. Portanto, a meta é não ultrapassar o aumento de 0,41%, como ocorreu de 2023 para 2024. Dando continuidade à reunião, **(3) Paulo Sucupira iniciou sua apresentação sobre o desempenho da carteira PREVID** no segundo trimestre de 2024. Sucupira relatou que a carteira PREVID apresenta um volume de R\$1.642.502.501,11, com um rendimento de 2,14% no trimestre e uma rentabilidade acumulada de 4,83% no ano, até então. Ele detalhou os títulos públicos da carteira, organizando-os por ordem de vencimento: os que vencem em 2027 totalizam R\$56.955.488,93, o que representa 3,46% da carteira; os títulos com vencimento em 2032 correspondem a 2,72% da carteira, com um volume de R\$44.603.815,94; e os que vencem em 2035 somam R\$175.620.073,86, equivalente a 10,71% da carteira. Em seguida, mencionou os títulos com vencimento em 2040, marcados a mercado, no valor de R\$46.412.018,72, que representam 2,83% da carteira, além dos títulos com o mesmo vencimento, mas marcados na curva, totalizando R\$8.922.740,52, o que corresponde a 0,54% da carteira. Ele também destacou os títulos que vencem em 2045, que somam R\$254.839.142,63, representando 15,51% da carteira, e os títulos com vencimento em 2050, no valor de R\$22.969.401,99, correspondente a 1,40% da carteira. Por fim, abordou os títulos com vencimento em 2060, onde os títulos marcados a mercado totalizam R\$23.052.633,73, equivalente a 1,40% da carteira, enquanto os títulos marcados na curva somam R\$410.841.588,35, representando 25,01% da carteira. **Totalizando os títulos públicos, o montante atinge R\$1.044.216.904,67, com uma rentabilidade de 1,99% no trimestre, 4,66% no ano e que representam 63,57% da carteira.** O próximo tema abordado foram os fundos de investimento compostos integralmente por títulos públicos. Esses fundos apresentaram uma rentabilidade de 2,06% no trimestre e de 4,46% no ano, totalizando R\$300.599.048,84, o que corresponde a 18,30% da carteira. Em seguida, temos os **fundos de renda fixa referenciados DI**, conforme descrito no Art. 7º, III, a. **Esses fundos registraram uma rentabilidade de 2,66% no trimestre e de 5,59% no ano, com um valor total de R\$111.137.716,60, representando 6,77% da carteira.** Dando continuidade falou-se sobre o Art. 7º, IV, que trata dos ativos de renda fixa emitidos por instituições financeiras, com destaque para as letras financeiras, uma novidade em nossa carteira. Foram adquiridas duas letras financeiras do banco BTG Pactual em momentos distintos: a primeira com uma taxa de 6,70% ao ano, correspondendo a 2,48% da carteira; a segunda com uma taxa de 7,00% ao ano, representando 2,44% da carteira. **No total, as duas letras financeiras somam R\$80.846.309,61, correspondendo a 4,92% da carteira, com uma rentabilidade de 1,49% tanto no trimestre quanto no ano, uma vez que foram adquiridas recentemente.** A aquisição dessas letras financeiras foi realizada por meio de uma cotação entre bancos credenciados, da qual participaram seis instituições financeiras. Apenas o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil não participaram, pois não oferecem este tipo de produto. O banco BTG Pactual foi o vencedor da cotação, oferecendo as melhores taxas. **O outro item é o artigo 8º I que são os fundos de ações na qual o desempenho**

nesse requisito ainda não está bom. A rentabilidade no trimestre foi negativa de 3,08%, no ano está -9,02%, o volume de recursos está em R\$1.385.200,14 correspondendo a 4,35% da carteira. Vale ressaltar que este desempenho foi um pouco prejudicado em função da mudança de rumo do mercado financeiro, principalmente com a interrupção na queda da taxa de juros brasileira e também com a quebra da expectativa da queda da taxa de juros americana. Isso fez com que o mercado de ações não tivesse um desempenho satisfatório como era previsto no início do ano. Foi ressaltado pelo diretor Sucupira que existe o contato permanente com os Bancos credenciados, principalmente com os Bancos emissores desses dois fundos, o BB AÇÕES CONSUMO e o SMALL CAPS, que são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Em julho, ocorreram reuniões com os gestores desses fundos, e ambos demonstraram otimismo quanto à recuperação desses investimentos no médio e longo prazo. Passando para o próximo tópico, **o artigo 9º, inciso III, aborda os fundos de ações BDR nível I, que investem em ativos no exterior.** A carteira inclui apenas um fundo nessa categoria, mas com um excelente desempenho. **A rentabilidade no trimestre foi de 21,34%, e no acumulado do ano alcançou 39,52%. O volume de recursos nesse fundo é de R\$34.317.321,25, representando 2,09% da carteira.** Quando Sucupira perguntou se alguém tinha alguma questão, **Pedro Paulo aproveitou a oportunidade para destacar a importância de manter o foco no objetivo central de investimento, que é alcançar a meta atuarial.** Ele enfatizou que, embora a diversificação seja frequentemente discutida, o foco principal deve ser sempre atingir essa meta de forma segura, com o menor risco possível. Pedro Paulo ressaltou que, embora a diversificação possa ser importante, o objetivo primordial é garantir que o investimento seja seguro e eficaz em alcançar a meta atuarial. Ele considera o investimento seguro, que permite atingir essa meta, como o "santo graal" das estratégias financeiras. Ele também alertou sobre os riscos de especulação, afirmando que o fundo de previdência dos servidores não deve ser utilizado para esse fim. Práticas como comprar em baixa e vender em alta são, segundo ele, atos especulativos que não se alinham à natureza do fundo. Além disso, ele destacou que o mercado tende a favorecer aqueles que têm acesso à informação privilegiada, colocando os demais em desvantagem. **Adriano assentiu com o Conselheiro Pedro e ressaltou que não existe nenhuma aplicação que esteja fora da Política de Investimentos e consequentemente das Legislações Previdenciárias.** Pedro Paulo enfatizou que, onde houver uma maneira segura de alcançar essa meta, é lá que os esforços devem estar concentrados e mencionou o exemplo do fundo Petros, da Petrobras, que enfrenta sérios problemas em atender aos benefícios dos seus participantes devido aos históricos de investimentos problemáticos. Ele ressaltou que, mesmo que a legislação permita uma ampla gama de opções de investimento, não significa que todas devam ser exploradas indiscriminadamente, por se tratar de um fundo de aposentadoria e pensões, que lida com a segurança financeira de tantas pessoas. **Marcelo acrescentou que o Conselho Fiscal faz parte da estrutura de governança da Cearaprev, mas as decisões finais são de responsabilidade da gestão,** a citar a Diretoria, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo da Cearaprev, é quem efetivamente toma as decisões, especialmente no que diz respeito aos investimentos. Ele enfatizou que o papel do Conselho Fiscal é apresentar sua posição, e que cada conselheiro tem autonomia para expressar sua opinião e contribuir com suas manifestações. **Dr. Ronialison Queiroz tomou a palavra para falar que o maior objetivo da Diretoria é atingir a meta atuarial da forma mais segura**

possível. **Paulo Sucupira** assentiu e antecipou a informação sobre os resultados do mês de julho, não contemplados nesta apresentação, nos quais todos os fundos obtiveram rendimento positivo, o que favoreceu inclusive a Renda Variável, mostrando que a diversificação em determinados momentos favorece o atingimento da meta atuarial. Cita também que quando a taxa de juros estiver baixa, será uma ótima opção ir para a Renda Variável já que só com os rendimentos da Renda Fixa, não será suficiente. De todo modo, como o Conselheiro Paulo colocou, Sucupira concorda que a Cearaprev deve sempre ir pelos caminhos que estão favorecendo o atingimento da meta atuarial e de modo mais seguro. **Isaac** ressaltou que é importante lembrar que já investem no mercado desde 2014, e desde então, o Brasil tem um histórico de taxas de juros elevadas. Naquela época, todas as aplicações eram 100% em renda fixa. Com o tempo, a taxa Selic foi reduzida, o que criou a necessidade de diversificação para alcançar as metas, já que a renda fixa sozinha não era mais suficiente. Foi esse cenário que deu início ao movimento de diversificação dos investimentos. Posteriormente, as taxas de juros começaram a subir novamente, mas Isaac destacou que é muito difícil reverter todas as posições de volta para a renda fixa. **Pedro Paulo** respondeu que essa questão é controversa, afirmando que não se pode definir uma meta que obrigue o fundo previdenciário a se envolver em especulações, pois isso não seria adequado à natureza do fundo. Ele também mencionou a renda variável, destacando a importância de manter o foco em investimentos seguros e consistentes, em vez de adotar práticas que possam comprometer a estabilidade do fundo. **Isaac** respondeu que não há nenhum caráter especulativo no que ele afirmou. Ele explicou que, no passado, o fundo estava totalmente posicionado em renda fixa porque isso permitia alcançar a meta de forma tranquila. Ele acrescentou que se o fundo estivesse começando hoje, certamente estaria 100% em títulos públicos também, no entanto, o histórico do fundo exigiu a diversificação no passado devido às mudanças no cenário econômico e nas taxas de juros. **Sucupira** explicou que a meta atuarial é calculada no final de cada ano e é válida para todo o ano seguinte. Esta meta é estabelecida em conjunto com a Diretoria de Atuária, que realiza a avaliação atuarial para determinar a necessidade de recursos necessários para garantir que os rendimentos alcancem o ativo necessário para cobrir os passivos. Ele detalhou que, ao utilizar o ALM (Asset Liability Management), foi identificado que apenas com Renda Fixa não seria possível atingir a meta atuarial estabelecida. No final do ano passado, a meta atuarial foi definida como IPCA mais 4,94%, acordada com a Diretoria de Atuária. Com base nos dados disponíveis na época, a Renda Fixa sozinha não seria suficiente para alcançar essa meta, fazendo-se necessário assumir um pouco mais de risco, diversificando em renda variável e investimentos no exterior, fato que a Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021 permitiu em casos onde o atingimento da meta atuarial não é alcançada apenas com a renda fixa sozinha. A instabilidade no mercado fez com que a possibilidade de manter o total de alocações na renda fixa se tornasse inviável para o atingimento da meta atuarial, e tal valor não pode ser alterado durante o período de um ano, pois foi estabelecido para atingir um objetivo específico definido pela Diretoria de Atuária. Portanto, se a meta é 4,94%, ela deve ser mantida e o que pode ser ajustado é a distribuição dos recursos dentro da Política de Investimentos fato esse realizado pela Diretoria de Investimentos, com ajustes de percentuais e aumento da diversificação, alocando mais recursos em renda fixa e em outras categorias de investimentos, como Letras Financeiras e Crédito Privado, para melhorar a

rentabilidade. Essas mudanças já estão se mostrando eficazes, como evidenciado pelo fato de que a rentabilidade de junho está em 106% da meta. **Marcelo Monteiro** respondeu que a questão está bem compreendida, mas é crucial deixar registrado que não compete ao Conselho Fiscal definir metas ou decidir onde os recursos serão investidos. Essas responsabilidades são competências das instâncias de decisão e gestão, como o Comitê de Investimento e a diretoria da Cearaprev, mas que é de suma importância deixar registrado o posicionamento do Conselheiro Pedro Paulo, para que, de certo modo, influencie nas decisões dos responsáveis. **Sucupira** enfatizou que essa é uma preocupação válida e deve ser compartilhada por todos os servidores. **Pedro Paulo** abordou a questão das mudanças nos fundamentos macroeconômicos ao longo do ano, afirmando que é não apenas necessário, mas fundamental, ajustar a meta atuarial conforme as circunstâncias mudam. Ele exemplificou que, se, por exemplo, houver queda de 50% da SELIC no meio do ano, é essencial convocar o Conselho de Investimento para reajustar a meta para os próximos semestres, pois a meta original pode se tornar inatingível. Pedro Paulo enfatizou que a definição da meta deve ser feita sem dúvidas, especialmente considerando que, nos dois anos anteriores em que a meta não foi alcançada, o resultado teria sido diferente se todos os investimentos fossem considerados em renda fixa. Ele destacou que, ao definir uma meta atuarial, não se pode simplesmente forçar o fundo a garantir o atingimento da mesma sem considerar ajustes necessários. Pedro Paulo explicou que a meta atuarial visa garantir que o capital seja mantido e atualizado de acordo com a sua valorização, não necessariamente gerar lucro, com práticas especulativas. O objetivo é preservar o valor do capital ao longo do tempo, ajustando-o conforme a inflação e outros fatores econômicos. Quando se fala em comprar em baixa e vender em alta, isso é especulação, e os ganhos que excedem o que a renda fixa pode oferecer normalmente vêm da especulação. Embora a legislação permita certas ações, ela não obriga a seguir por esse caminho, sendo possível definir e atingir a meta atuarial com segurança, sem expor o fundo previdenciário a riscos. Ele também expressou preocupação com a dificuldade enfrentada por muitos fundos previdenciários e de pensões, onde os benefícios dos aposentados e pensionistas foram significativamente reduzidos devido à incapacidade do fundo em manter os pagamentos. Pedro Paulo ressaltou a grande responsabilidade envolvida na gestão desses fundos, afirmando que, embora haja uma gestão competente, a preocupação que ele expressa é apenas um registro como conselheiro para que seja observado pelos gestores e demais envolvidos. Ele concluiu dizendo que suas observações são feitas com a intenção de alertar e registrar uma preocupação importante, sem vincular a nenhuma ação de qualquer gestor ou conselheiro. **Paulo Sucupira deu continuidade** à sua apresentação abordando a composição da carteira do PREVID no segundo trimestre, abrangendo os meses de abril, maio e junho. **Apresentou a evolução do patrimônio da carteira PREVID de R\$1.548.468.675,67 em abril para R\$1.642.502.501,11 em junho.** Ressaltou ainda, a situação de dois fundos que requerem atenção especial: o BB AÇÕES CONSUMO E O FIA CAIXA SMALL CAPS. Inicialmente, havia R\$20.160.122,00 aplicados no fundo BB AÇÕES CONSUMO, mas atualmente está em R\$10.418.439,47. Já o FIA CAIXA SMALL CAPS tinha um aporte inicial de R\$8.000.000,00 e em junho estava com R\$6.562.749,00. Marcelo interrompeu a apresentação afirmando que a preocupação de Pedro Paulo era exatamente esse risco elevado, com a possibilidade de perder até 50% do investimento. Ele reconheceu que a perda só se concretiza no momento da venda, mas

questionou o risco envolvido. Pedro Paulo explicou que, quando o mercado lateraliza, os preços tendem a se manter mais estáveis. Sucupira esclareceu que o "lateralizar" mencionado referia-se aos últimos três meses, com os valores do fundo BB AÇÕES CONSUMO variando entre R\$ 10.500.000,00, 10.300.000,00 e 10.400.000,00, indicando que o mercado estava "andando de lado" há algum tempo. Ele ainda destacou que a maior queda havia ocorrido até abril, e que o fundo em questão foi aplicado em setembro de 2020. Sucupira prosseguiu com uma análise histórica, explicando que tanto o fundo BB AÇÕES CONSUMO quanto o FIA CAIXA SMALL CAPS foram aplicados em setembro de 2020 e tiveram uma valorização significativa nos primeiros meses – setembro, outubro, novembro e dezembro – com ganhos de 8% e 6%, respectivamente. No entanto, ele apontou que, ao entrar em 2021, o mercado começou a declinar de forma contínua, o que gerou preocupação entre os gestores. Os gestores, os bancos parceiros e a consultoria recomendaram a permanência nesses dois fundos, por dois motivos: primeiro, acreditavam que haveria uma recuperação; segundo, o Tribunal de Contas poderia questionar a realização de prejuízo. A maior preocupação naquele momento era evitar a concretização do prejuízo, mesmo considerando outras opções de investimento que poderiam oferecer maior rentabilidade. A orientação geral era clara: vender significaria realizar a perda e suscitar questionamentos do Tribunal de Contas. Diante disso, a decisão foi aguardar, apostando na recuperação, já que os investimentos com recursos de RPPS são de longo prazo. Por fim, ele mencionou que, apesar da necessidade de perseguir a meta atuarial, conforme destacado por Pedro Paulo, essa meta estava sendo buscada por meio da diversificação dos investimentos. Outras alternativas financeiras estavam fornecendo o suporte necessário para alcançar a meta atuarial. Marcelo destacou que a principal preocupação era a incerteza sobre o momento ideal para vender. Ele exemplificou citando um BDR com rendimento excepcional, levantando a dúvida sobre o risco de continuar investido, já que uma mudança brusca poderia ocorrer a qualquer momento, influenciada por fatores como o resultado de eleições americanas e outros eventos globais, que impactam não apenas os BDRs, mas também a economia mundial. Ele também lembrou que os fundos de ações haviam mostrado um bom rendimento nos primeiros quatro meses após sua aquisição, e naquela fase, ninguém cogitou vender. No entanto, quando o mercado começou a cair, não havia um mecanismo, como o stop-loss, para limitar as perdas. A situação era ainda mais delicada devido ao possível questionamento do Tribunal de Contas em caso de realização de prejuízo, conforme havia sido consultado anteriormente. Ao final, Marcelo sintetizou a discussão, enfatizando que o ponto central era o gerenciamento do risco. A alocação desse risco deveria ser mínima, a fim de evitar impactos negativos tanto no fundo quanto nos recursos do governo. Sucupira disse que sempre busca ampliar os ganhos com o mínimo de risco. Ronialison pediu a palavra e trouxe um exemplo de 2021, que ele considerou relevante em relação ao que o conselheiro Pedro Paulo havia mencionado sobre a meta atuarial. Em 2021, a meta atuarial estabelecida foi IPCA+2,00%, definida com base em estudos conduzidos pela diretoria atuarial e pela diretoria de investimentos. Segundo ele, Isaac era responsável por determinar a taxa de juros necessária para garantir o cumprimento dos compromissos futuros. O foco do investimento era avaliar quanta rentabilidade seria necessária para alcançar essa meta atuarial, estabelecendo se seria possível atingi-la ou não. Em 2021, chegou-se ao consenso de que a meta seria IPCA+2,00%, o que ao final do ano representou um valor de

12,25%. Comparando com o CDI, que foi um dos melhores desempenhos junto com o IDKA 2, o rendimento foi de 4,40%. Ronialison ainda destacou que, ao considerar os investimentos em renda variável naquela época, o fundo BB AÇÕES EXPORTAÇÃO FIC FI teve um retorno de 12,27%, enquanto a média dos fundos S&P 500, renderam 25,45%. A renda variável, na média, apesar de alguns papéis não terem tido bom desempenho, rendeu 6,66%. Em contrapartida, a renda fixa teve um rendimento de apenas 1,41%, enquanto os investimentos no exterior, como o BDR NÍVEL I, alcançaram 17,53%. Esses números destacam a complexidade e a preocupação legítima levantada por Pedro Paulo. A cautela é essencial, pois o volume de recursos em questão é significativo — trata-se do dinheiro dos servidores, de pessoas que contribuíram ao longo de toda a vida. Esse é um desafio que exige um cuidado especial na alocação dos recursos. Para isso, são utilizadas ferramentas como a Fronteira de Markowitz, que ajudam a determinar a proporção adequada entre renda fixa, renda variável e investimentos no exterior. No entanto, o percentual de alocação em renda variável é sempre pequeno. Quando foi mencionada a questão de "entrar na baixa" ou "na alta", pode ter havido uma má interpretação. A ideia não era sugerir uma especulação, mas justificar que, por exemplo, investir agora em BDRs, que estão rendendo 37,00% no ano, ou no S&P 500, com 18% de rendimento anual, talvez não seja uma decisão prudente, pois ambos estão muito valorizados. Portanto, a intenção não foi sugerir que estejam comprando ações individualmente, observando apenas as que estão em baixa. A estratégia é evitar riscos desnecessários em mercados já altamente valorizados. Ele afirmou que estão, de fato, seguindo a política de investimentos com responsabilidade, conforme os percentuais estabelecidos. Essa abordagem, como destacado, é extremamente importante e merece reconhecimento. O exemplo do ano de 2021 ilustra bem a complexidade do processo de investimento. Marcelo observou que uma das decisões em mãos é avaliar o investimento em BDR, que aumentou de R\$24.000.000,00 para R\$34.000.000,00. Ele destacou a necessidade de decidir se é o momento de vender e realocar esses recursos no Tesouro, considerando a valorização significativa. Simultaneamente, há outro investimento que começou com R\$20.000.000,00 e atualmente está em R\$10.000.000,00. A decisão de vender também é crítica nesse caso, pois pode ser que já se tenha atingido o ponto mais alto. Essas reflexões são essenciais para aproveitar os momentos de alta e tomar decisões informadas sobre quando sair dos investimentos. Finalizando esse assunto, Sucupira continuou sua apresentação abordando a alocação por estratégia, destacando que 59,34% dos títulos públicos estão marcados na curva, representando a maior parte da carteira. Em seguida, mencionou que o IMA-B totaliza 15,25%, seguido pelo CDI com 6,77%, ambos utilizados como referência para as aplicações. O CDI é representado pelos fundos BRADESCO REFERENCIADO DI PREMIUM e pelo BTG PACTUAL TESOIRO SELIC. Os títulos marcados a mercado somam 4,23%, as letras financeiras marcadas na curva 4,92%, o IBOV 2,19%, o BDRX 2,09%, e o IPCA 1,67%, os quais correspondem aos três fundos de vértices. Além disso, o IRF-M1 possui 1,39%, o IDIV 1,12%, o ICON 0,63%, e o SMALL 0,40%. Sucupira também apresentou a carteira sob a ótica da alocação por gestor, onde o Tesouro Nacional, devido à predominância dos títulos públicos, detém a maior fatia com 63,57%. Em seguida, vêm a Caixa Econômica com 19,55%, o Bradesco com 6,75%, o BTG Pactual com 4,94%, o Banco do Brasil com 4,27%, e o Santander com 0,91%. Ele ressaltou ainda a **aderência à política anual de investimentos**. Os títulos públicos possuem uma alocação alvo de 59,15%, enquanto a alocação atual está em

63,57%. Os fundos compostos por títulos públicos têm uma alocação alvo de 12,77%, comparado aos 18,30% alocados atualmente. Para os fundos referenciados no Art. 7º, III, a, a alocação alvo é de 7%, com a alocação atual em 6,77%. As letras financeiras apresentam uma alocação atual de 4,92%, frente a alocação alvo de 5,00% e o crédito privado ainda não possui alocação, mas é esperado que isso ocorra em agosto, visto que sua alocação alvo é de 2%. Na renda fixa, a alocação alvo é de 85,92%, com a alocação atual em 93,56%. Quanto à renda variável, os fundos de ações regidos pelo Art. 8º, I, têm uma alocação alvo de 5,08%, com a alocação atual em 4,35%. Já os BDRs nível I, conforme o Art. 9º, III, que trata de Investimentos no Exterior, possuem uma alocação alvo de 2%, estando atualmente em 2,09%. Para os fundos multimercados, foi estabelecida uma alocação alvo de 2%, embora ainda não tenha sido definida uma escolha para essa categoria. Quanto aos empréstimos consignados, a política de investimentos prevê uma alocação de 5%, mas este segmento ainda se encontra em fase de operacionalização, exigindo uma análise cuidadosa para a implementação devido à sua complexidade. Ao comparar a rentabilidade com a meta atuarial ao longo de 2024, observa-se que o primeiro trimestre encerrou com uma meta de 2,61% e uma rentabilidade de 2,63%, correspondendo a um atingimento de 100,90%. **No segundo trimestre, houve uma leve queda, com a rentabilidade atingindo 2,14% frente à meta de 2,27%, resultando em um atingimento de 94,55%.** Esse desempenho foi impactado principalmente pelo desempenho de abril, que registrou um atingimento de apenas 26,25%. Contudo, houve uma recuperação em maio e junho, encerrando o semestre com um atingimento de 97,77%. **Em relação aos indicadores,** a rentabilidade da carteira no ano é de 4,83%, comparada a um IPCA acumulado de 2,48%, uma meta atuarial de 4,94% e um CDI de 5,22%. A rentabilidade real da carteira é de 2,29%, com o atingimento da meta atuarial em 97,77%, do IPCA em 194,45%, e do CDI em 92,53%. **Analisando o histórico de rentabilidade desde o início das aplicações,** em 2014, o acumulado da meta atuarial é de 171,66%, enquanto a rentabilidade acumulada é de 160,11%, resultando em um percentual de atingimento de 93,27% em relação à meta. A expectativa para 2025 é alcançar 100% da meta atuarial ao longo do histórico. Em termos de valores, a carteira PREVID rendeu R\$33.954.830,64 no trimestre e R\$71.139.804,68 no acumulado do ano. O FUNAPREV, um dos fundos financeiros, registrou um rendimento de R\$4.981.880,20 no trimestre e R\$12.477.819,17 no semestre. Já o PREVMILITAR apresentou um rendimento de R\$2.410.121,59 no trimestre e R\$5.425.300,42 no semestre. **No total consolidado, a carteira que engloba os três fundos alcançou um rendimento de R\$41.346.832,45 no trimestre e R\$89.042.924,25 no semestre.** Em relação ao risco, utilizamos o *Value at Risk (VaR)* como métrica para avaliar o percentual de perdas potenciais que a carteira pode enfrentar devido a riscos de mercado. Conforme a política de investimentos, o Art. 7º estabelece um limite de 5%, enquanto o *VaR* atual está em 0,18%, bem abaixo do limite. No caso dos fundos de ações, regulados pelo Art. 8º, o limite é de 20%, com um *VaR* registrado em 5,21%. Já para os investimentos no exterior, regidos pelo Art. 9º, o limite também é de 20%, com um *VaR* de 6,46%. Portanto, todos os valores estão dentro dos parâmetros aceitáveis em relação aos riscos de mercado. Ao analisar os ativos que compõem os artigos mencionados, não se observa qualquer problema significativo. Por exemplo, no Art. 7º, os ativos com os maiores *VaR* são títulos públicos marcados a mercado, com valores de 3,05% e 3,65%, ambos inferiores ao limite de 5% estabelecido. Além disso, no Art. 7º, inciso I, alínea b, que também possui um limite de 5%, o maior

VaR é de um fundo de vértice, com 2,01%, novamente abaixo do limite estabelecido. **Dessa forma, a carteira está bem enquadrada dentro dos parâmetros de risco definidos na política de investimentos.** Tendo concluído sua apresentação, Paulo Sucupira dá espaço ao **(4) Sérgio Bastos para entrar no quarto tópico da pauta sobre a situação das prestações de contas anuais de gestão.** Inicia afirmando que muitos dos dados que estão nos slides correspondem a informações já repassadas ao Conselho, comentando, portanto, que dará foco nas atualizações. Destaca o panorama de 2014 até 2019, período em que a SEPLAG era a unidade gestora responsável. Nesse intervalo, apenas os fundos existiam, e a SEPLAG cuidava da gestão. A Cearaprev começou a atuar apenas em 2019, após a nomeação de João Marcos, em 1º de outubro daquele ano. Contudo, as atividades efetivas da Cearaprev tiveram início somente em 2020. **Até 2019, todas as contas foram analisadas e julgadas regulares, com ressalvas. A partir de 2020, as prestações de contas estão sob análise, e as de 2022 ainda aguardando para encaminhamento à Diretoria de contas para análise.** Sérgio destacou que a Cearaprev tem realizado um acompanhamento contínuo, não apenas para monitorar o cumprimento das recomendações e determinações, mas também para identificar as principais ocorrências relacionadas. Sobre as contas de 2019, as da Cearaprev foram julgadas regulares, assim como as do PREVID e do FUNAPREV, com algumas determinações que estão sendo devidamente acompanhadas e devidamente listadas com as providências internas adotadas. Na última prestação de contas, foi utilizado o módulo de monitoramento de decisões anteriores para justificar essas ações, com a devida anexação de evidências. Sérgio também mencionou que, para o período de 2020 em diante, os achados foram destacados e os esclarecimentos necessários já foram prestados, embora ainda estejam em fase de análise. Marcelo questionou a forma de organização das recomendações dos fundos e Sérgio informou que, como as recomendações se repetem entre o PREVID, o FUNAPREV e o PREVMILITAR, as mesmas foram expostas juntas, para evitar redundâncias no trabalho, embora tenha uma planilha que detalha cada recomendação, com as ocorrências, as informações fornecidas, o número do acordo, o responsável pela concessão e demais dados que são, inclusive, encaminhados para as áreas internas. Marcelo destacou que a principal preocupação é sobre as determinações, já que essas exigem a adoção de medidas obrigatórias, por mais que as recomendações também devam receber atenção. É essencial ter ações bem definidas para que, ao prestar contas, seja possível demonstrar de forma clara as providências que estão sendo tomadas em resposta a essas determinações. O Conselheiro Pádua perguntou sobre a demora do retorno do TCE quanto à Prestação de Contas e Sérgio explicou o funcionamento do fluxo para maior compreensão da temporalidade e encerrou sua apresentação, dando lugar **(5) a Isaac Figueiredo, que iniciou a exposição sobre os dados da última revisão da segregação da massa.** Comentou que este é o terceiro movimento relacionado à revisão da segregação da massa, com os primeiros ocorrendo em 2019 e 2021. Mencionou o gráfico que ilustra a curva da população do PREVID, sendo uma ferramenta essencial para situar e entender o comportamento da massa. Isaac explicou que o gráfico mostra, em azul, a distribuição dos ativos ao longo do eixo X, que representa a idade, com uma média de aproximadamente 37,5 anos, deixando claro que o gráfico não inclui a última revisão da segregação deste ano de 2024. O diretor também destacou a presença significativa de pensionistas, o que, teoricamente, não deveria ocorrer, dado o tempo decorrido desde o início do PREVID em 2014, mas que se explica devido aos

dois movimentos anteriores, especialmente o mais forte de 2021. Ele expôs também os dados gerais, retirados em janeiro de 2024 do DRAA, quanto à população do PREVID: são 13.238 ativos, 15 inativos e 8.574 pensionistas. Isaac Figueiredo explicou a fundamentação da revisão da segregação da massa, destacando que o Ministério da Previdência estabeleceu critérios específicos para garantir a segurança financeira e atuarial da revisão, sendo eles: evidenciar o superávit das últimas três avaliações; impossibilidade de transferência de recursos financeiros do PREVID para o FUNAPREV; obedecer à margem para revisão de segregação; editar normativos legais. **O Estado do Ceará já atendeu a todos esses requisitos, incluindo a realização de um estudo atuarial prévio.** Isaac continuou com a análise da revisão atual, expondo **o valor de 3.553 matrículas de pensionistas transferidos do FUNAPREV para o PREVID. A folha de pagamento desses pensionistas representa cerca de R\$14 milhões por mês**, valor que antes era pago pelo FUNAPREV, com origem dos recursos do Tesouro, e agora é sustentado pelo FUNDO PREVID. Embora essa migração tenha levado a um consumo do superávit, o FUNDO PREVID continua sustentável, conforme o cálculo atuarial. Segundo a fórmula de revisão da segregação, estabelecida pela Portaria MTP nº 1.467/2022, foi determinado que a provisão matemática máxima que pode ser transferida para o PREVID não pode exceder o valor de R\$2.397.136.852,00. **A provisão matemática representa as obrigações previdenciárias futuras, líquidas das receitas, que sendo aplicada ao grupo em questão, resultou em R\$2.212.137.526,37, valor que está dentro da margem permitida, atendendo assim ao critério da margem de revisão da segregação.** Ele seguiu mostrando o fluxo financeiro projetado para os próximos anos em gráfico, destacando que o aporte do Estado apontado anteriormente para o FUNAPREV não precisará mais acontecer, já que o pagamento de tais valores passa ser responsabilidade do PREVID e com o tempo esses números tendem a diminuir, considerando a finalização das obrigações previdenciárias referentes a esse grupo (falecimento de beneficiários, por exemplo). Mostrou também um gráfico expondo o exame da liquidez, com os recursos garantidores do plano de benefícios menos os recursos indisponíveis, sendo estes os alocados em títulos públicos ou em fundos de vértice. Com o tempo, a disponibilidade de recursos aumenta, à medida que os títulos vencem e novos recursos são recebidos, mas começa a recuar conforme os benefícios do PREVID são pagos, estabilizando em torno de R\$3.500.000.000,00 (curva cinza), o que reflete o superávit atuarial da última avaliação. Isaac observou que, apesar da transferência de matrículas para o PREVID, a sustentabilidade é mantida e com superávit atuarial, embora seja em um padrão diferente do anterior. **Pedro Paulo observou** que o valor está no limite da margem apresentada no gráfico e perguntou se seria necessário aguardar a entrada de novos servidores ao longo de um prazo de 10 anos para considerar a necessidade de um novo ajuste. Isaac respondeu que, no momento, não é viável considerar uma nova revisão de segregação este ano, sendo necessário um aumento de novos ingressos e consequente fortalecimento do superávit para que isso se torne viável. Pedro Paulo elogiou a apresentação do Isaac e a gestão da Previdência do Ceará, deixando registrado que a atenção e zelo neste processo é de extrema relevância. Isaac agradeceu e enalteceu a presença ativa dos conselhos para uma boa gestão. Ele prosseguiu com a apresentação citando dos procedimentos legais obrigatórios na Revisão da Segregação da Massa: submissão ao Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social (CEPPS); análise e aprovação pela Assembleia Legislativa;

publicação de decreto governamental com detalhamentos; implementação em folha; e posterior análise pelo Ministério da Previdência Social. A **revisão, já implantada na folha de julho de 2024, foi devidamente disciplinada na Lei Complementar nº 328, de 5 de junho de 2024, e no Decreto nº 36.113, de 12 de junho de 2024.** Isaac esclareceu que ainda não possui os valores definitivos, pois a contabilidade está na fase final de conciliação das receitas. No entanto, já é possível observar uma necessidade de menor aporte, com redução das despesas. Além disso, o impacto nas áreas de investimento também será significativo. Atualmente, há cerca de R\$43.000.000,00 disponíveis para investimentos mensais, mas com a passagem de vidas, esse valor será reduzido para aproximadamente R\$29.000.000,00. A fase atual é a de preparação de material para análise junto ao Ministério, etapa devidamente definida em legislação. Isaac concluiu sua fala e se colocou à disposição para quaisquer dúvidas adicionais sobre o assunto. **Marcelo Monteiro observou** a importância do registro dos resultados concretos, levando em consideração, inclusive, a consolidação da nova estrutura da Cearaprev, estabelecida a partir de 2020. Adriano Pinheiro solicitou apoio dos conselheiros quanto à temática do concurso público da Cearaprev, cuja solicitação já está sob análise na Seplag, ressaltando a necessidade da criação de quadro próprio de servidores na Fundação. Sendo esses os assuntos da reunião, e não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente Marcelo Monteiro agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 18:07, da qual eu, Elayne Nagle Aguiar Oliveira, participei e lavrei a presente Ata, assinada pelos membros titulares presentes e/ou suplentes.

Fortaleza - CE, 19 de agosto de 2024.

MARCELO DE SOUSA MONTEIRO
Presidente do COFIS

PEDRO PAULO LOPES VIEIRA
Conselheiro Titular

ANTÔNIO DE PÁDUA
Conselheiro Titular